

OS TEXTOS NA SALA DE AULA

Vera Lúcia do Amaral

Pós-graduada em Literatura Infantil - USP

As fichas de leitura visam a aproximar a criança do texto literário ou a afastá-la dele?

Em geral, exploram tão pouco o lado emocional do receptor que acabam convertendo o ato de ler no terrível sacrifício ritualístico do "estudante de boas notas".

Foi pensando nessa aproximação "obra-pública" que de repente a sala de aula transformou-se para nós em cenário da iniciação. Iniciação do hábito prazeroso de ler que só pode advir de uma posição crítica diante do texto (que valha aqui a idéia suspeita de que é na escola, tal como se nos apresenta, que esse hábito se inicia).

Subiram, então, para o palco vários textos. A figura central seria, numa primeira visão, o texto literário. Mas a "peça" a ser encenada é de fato a obra central, singularíssima, que surge do diálogo dos vários textos ali presentes: textos vivos (conteúdos culturais) que cada criança tem amalhado nos escaninhos do intelecto e da emoção e o texto literário que, se sabe, é resultado também de textos vivos chamados a atuar pelo escritor.

Mas como lançar-se ao diálogo? Como deixar que atuem todos eles?

Não é a ficha de leitura o diretor desse espetáculo, não senhor! Mesmo porque nesse espetáculo não existe diretor. Há, sim, um empresário, satisfeito de seu investimento: provocar o encontro dos textos e confiar na arte de cada

Linha d'Água, 2, março, 1981

um deles. Mas, confiar sobretudo em si. Na sua sensibilidade, por um lado, estética, apreendendo as múltiplas mensagens do texto literário e, portanto, as possíveis maneiras de trabalhá-lo com a classe; e, por outro, humana-social, em contato com as crianças a quem se dirige e pelas quais o texto será "reelaborado" (criticado e adaptado vivencialmente segundo a necessidade de cada uma delas). Em uma palavra, o professor é o "sensitivo", o "médium" mesmo entre o texto e a criança; para que, quando o mise-en-scène termine, os "textos-vivos" se aplaudam, porque se questionaram, iluminaram-se internamente, tornaram-se mais conscientes; para que cada criança leve consigo o seu texto literário, mais um texto vivo amalhado e a alegria de um trabalho de participação.

Alegria que vem do jogo que o texto literário permite, pois é ele (o texto) que contém os elementos básicos para provocar a ebulição interna, incitadora ao hábito de ler criticamente.

Contudo, é imprescindível que o professor-empresário atue: não impondo regras, mas cedendo o seu patrimônio oficial — o espaço e o tempo de sua aula; não pontuando falas, mas estimulando o diálogo; não dirigindo o espetáculo, mas apresentando o texto com técnicas que provoquem atitudes de participação (a interação do eu e do outro).

Essas técnicas poderiam até levar a criança a conhecer a estrutura do texto literário, saber identificar seus componentes, mas, tratando-se de receptores infantis, a quem se chega primeiro pelas vias emocionais; a presença do livro em nossas salas de aula atenderia, fundamentalmente, a um dos três objetivos gerais que a lei estipula para o ensino de primeiro grau: ao afetivo (do cognitivo e do motor). O destrinchamento pura e simplesmente do dedo de prosa que o autor puxou com o receptor, o retalhar a obra em perguntas, tais como: "Quem é o personagem principal?" "Onde se passa a estória e

qual a época?" "Como você resumiria o texto?" (presentes em fichas de leitura) não seria de nenhuma utilidade para o objetivo aqui tratado. Ainda mais quando usado com o intuito do arguir delator de um tipo de mestre, contaminado pelo sistema, que, em sala de aula, revela-se o monarca de "seu" pequeno império (50 cabeças súditas de olhos arregalados e peitos comprimidos), exteriorizando suas frustrações. "Médium" esse incapaz de sensibilizar-se para os valores estéticos e humanos acima mencionados e, portanto, incapaz de iniciar um processo de leitura crítica com seus alunos.

É esse tipo de professor que cede o seu tempo e o seu espaço para que suba ao palco a ficha de leitura — desarticuladora de todo um processo que não separa "questionar-se" de "criticar-se" para poder "criticar o outro" e provo-
car mudanças.

Não seria a ficha de leitura (para não falar, passando ao terreno do livro didático, dos manuais do professor com esquemas prontos — simplificação tolhedora e alienante-articulados pela máquina empresarial do livro) um componente mais do chamado sistema de ensino que destrói o ato criador, obstrui a imaginação, limita o senso crítico; afastando, assim, o homem da arte? No nosso caso, a criança do texto literário?

O professor Lauro de Oliveira Lima, diretor do Centro Experimental e Educacional Jean Piaget, fala em "iniciação", usando o termo em seu sentido etnológico, para distinguir dois sistemas sociais de educação:

" se a sociedade é retrógrada, tradicionalista, retardatária da civilização (...), a educação é, tipicamente, reprodutora (função da iniciação). Se é uma sociedade progressista (...), a educação é inovadora, isto é, desafia os educandos (as novas gerações) a criticarem as estruturas existentes e a inventarem novas soluções: a tradição é

ensinada não para ser reproduzida, mas para ser transformada"¹

No início dissemos que a ficha de leitura explora pouco o emocional do leitor infantil e refletimos sobre o seu caráter inibidor da leitura crítica. Podemos concluir, nos termos do Prof. Lauro, que os professores que a aprovam fazem parte do sistema de ensino "reprodutor", ao contrário dos professores "sensitivos"; aqui também chamados de "empresários", que fariam parte do sistema de ensino "inovador".

Falamos também que as técnicas de aproximação são dadas em princípio pelo texto, sem mencionar nenhuma delas e sem adjetivar qualitativamente o próprio texto (não há textos "bons" e "maus", preferimos dizer que existem "diversos públicos"). Essa lacuna é proposital. Acreditamos que seja preenchida em parte pelos companheiros da mesa e enriquecida com a participação de vocês, pois se trata de um trabalho de sala de aula, particular, pois, às experiências de cada professor em contato com sua clientela.

1. Mutações em educação (resistência à mudança). Perspectiva universitária. Rio de Janeiro, 15 de agosto, 1980, 3 (grifo nosso).